

A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA E AVALIAÇÃO MEDIADORA COMO PRÁTICA REFLEXIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria José Barreto Alves ¹

GT 1 – Educação de Crianças, Jovens e Adultos

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a documentação pedagógica como instrumento de reflexão da prática docente, imergindo na compreensão do desenvolvimento integral da criança nos aspectos físicos, afetivo, intelectual, linguístico e social, como define a LDBEN (1996), na perspectiva de uma avaliação mediadora da aprendizagem. Para tanto será utilizado como referência documentos norteadores como: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/RCNEI (1998), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/DCNEI (2010), Base Nacional Comum Curricular/BNCC (2017) e embasado nos estudos de Hoffmann (2012), Piaget (1999), Winnicott (1997) entre outros. O resultado da pesquisa demonstra que para a construção do referido documento é necessário uma avaliação mediadora apresentando o progresso da criança gradativamente e retratando seus avanços nas diversas linguagens a partir das experiências vivenciadas no cotidiano escolar da Educação Infantil.

Palavras-chave: Avaliação Mediadora. Documentação Pedagógica. Educação Infantil.

ABSTRACT

This article aims to discuss the pedagogical documentation as an instrument for reflection on teaching practice, immersing in the understanding of the child's integral development in the physical, affective, intellectual, linguistic and social aspects, as defined by LDBEN (1996), in the perspective of an evaluation mediator of learning. For this purpose, guiding documents such as: National Curriculum Reference for Early Childhood Education/RCNEI (1998), National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education/DCNEI (2010), Common National Curriculum Base/BNCC (2017) and based on studies of Hoffmann (2012), Piaget (1999), Winnicott (1997) among others. The result of the research demonstrates that for the construction of the referred document a mediating evaluation is necessary, presenting the child's progress gradually and portraying their advances in different languages from the experiences lived in the daily school of Early Childhood Education.

Key words: Mediator Evaluation. Pedagogical Documentation. Child education.

¹ Especialista em Educação Infantil (UFS), especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica (Pio Décimo), Secretaria de Estado de Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe, GEES-CNPQ. <https://orcid.org/0000-0001-5258-522>. E-mail: <maria.baribeiro25@gmail.com>

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil se destaca no contexto educacional pelos aspectos mais específicos das crianças, principalmente no que se refere ao reconhecimento do momento cognitivo fértil para as aprendizagens e aos cuidados necessários diante das características físicas e emocionais dessa faixa etária. Porém, o reconhecimento como atendimento escolar aconteceu a partir da Constituição Federal de 1988, quando o acolhimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade torna-se dever do Estado.

Posteriormente, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996, as instituições de ensino deixam de oferecer um serviço meramente assistencialista com a finalidade de suprir os cuidados básicos de higiene, saúde e alimentação das crianças e fornece educação, sendo vista agora como a primeira etapa da Educação Básica, apresentando sua relevância e se colocando no mesmo nível do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Após a implantação do Ensino Fundamental de nove anos em 2006, foi necessário a modificação na LDBEN/1996 e as crianças de 6 anos de idade foram matriculadas nas turmas do primeiro ano do Ensino Fundamental, dessa forma a Educação Infantil passou a atender a faixa etária de 0 a 5 anos. Porém, mesmo já sendo reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil só se torna obrigatória quando houve a inclusão da LDBEN em 2013 da matrícula na Educação Básica de crianças dos 4 aos 17 anos.

Nesse contexto se fez necessário documentos norteadores das ações educativas para apontar as ações dessa etapa de ensino, documentos como: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) de 1998, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de 2010 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, trazem as orientações específicas para o atendimento pedagógico, principalmente reconhecendo a visão de criança, que possuem características próprias e que sentem, observam, interagem e pensam o mundo de maneira bem particular. As crianças estabelecem relações a partir do nascimento com as pessoas que convivem no seu contexto social e utilizam linguagens próprias para interagir com o mundo em que vivem.

A construção dessa pesquisa justifica-se pela relevância da Educação Infantil que é primordial para o desenvolvimento da aprendizagem dos discentes, com também disponibilizar a comunidade acadêmica uma pesquisa sobre a documentação da Educação Infantil abordando as reflexões das práticas pedagógicas. Tendo como objetivo geral: apresentar a relevância da avaliação na Educação Infantil numa perspectiva mediadora. E para

alcançar esse objetivo realizaremos os seguintes objetivos específicos: refletir as práticas pedagógicas mediadoras na Educação Infantil; Investigar o desenvolvimento infantil propostas pela BNCC; Descrever a importância da avaliação mediadora pedagógica. Para a construção dessa pesquisa, realizamos a metodologia por meio de pesquisa bibliográfica e qualitativa nos documentos legais do Ministério da Educação (MEC), como também na plataforma de dados da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). A epistemologia é norteada pela estudiosa Hoffmann (2012), dado que é uma referência na avaliação mediadora da Educação Infantil.

EDUCAÇÃO INFANTIL E OS ASPECTOS LEGAIS

O reconhecimento da criança como protagonista das suas aprendizagens e produtora de cultura, demonstrando que sua ação não é passiva, sendo importante acolher as suas vivências e os seus conhecimentos construídos no ambiente familiar e na convivência com sua comunidade. Para tanto, as propostas pedagógicas, devem favorecer a ampliação das experiências, reconhecendo as noções trazidas e as habilidades dessas crianças, transformado e contextualizando novas aprendizagens, visto que favorece a formação de um

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 12).

A BNCC/2017 da Educação Infantil reconhece as particularidades dessa modalidade, e traz dois eixos estruturantes, como as interações e as brincadeiras. Corroborando com a ação participativa do aluno, além dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento constituídos pelo conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer, que estão relacionados aos campos de experiências. Como também, o eu, o outro e nós; Corpo, gestos e movimentos; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Traços, sons, cores e formas; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Essa estrutura demonstra a particularidade da infância e determina que a aprendizagem e o desenvolvimento infantil aconteçam imbricados, indissociáveis, garantindo o direito da criança através de objetivos claros.

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de

uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca (BRASIL, 1998, p. 21).

Diante disso, a organização curricular deve possuir uma intencionalidade e o educador definir objetivos de aprendizagem tendo como centro do planejamento a criança, possibilitando experiências em diversos espaços em grupos que compreendam as relações que existem com os aspectos naturais, com as manifestações culturais e as investigações científicas. Para Holt (2006) “As crianças nascem apaixonadamente ansiosas por compreender tanto quanto puderem as coisas ao seu redor” (HOLT, 2006, p.114). Assim, nesse espaço coletivo as crianças se reconhecem através de práticas de cuidados pessoais em conjunto com o outro nos espaços, nas brincadeiras, nas resoluções de problemas, nas experimentações com materiais variados e situações diversas e em contato com as diversas linguagens. “Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças.” (BRASIL, 2017, p.39).

As aprendizagens das crianças estão intrinsecamente ligadas com as relações que estabelecem com as outras crianças, com os adultos e o com o ambiente, segundo Winnicott (1997) a criança percebe o mundo de maneiras diferentes, uma delas pode ser uma experiência puramente imaginária com a realidade imaginada, “Quando observamos as crianças, podemos ver duas relações com a realidade externa” (WINNICOTT, 1997, p.53) participando de situações em que experimentem, questionem e levantem suas hipóteses sobre as coisas, dando sentidos as ações num contexto imaginativo e criativo, características do cotidiano da infância, tendo muitas possibilidades de aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral.

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo (BRASIL, 2017, p. 38).

De acordo com a BNCC da Educação Infantil a proposta pedagógica deve considerar a criança como protagonista do processo de aprendizagem, inserindo-a no centro do planejamento, isso porque nessa etapa de ensino não existe uma lista de conteúdos em que espera que a criança aprenda, mas objetivos de aprendizagens e desenvolvimento que possuem relações, dado que a conhecimento acontece a partir das experiências que vivenciam, na perspectiva de educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo

educativo.

[...] a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural (BRASIL, 2017, p. 40).

A intencionalidade do professor no planejamento e na realização de atividades que a criança possa desenvolver sua autonomia, ser o protagonista do seu conhecimento e realizar novas descobertas, precisam ser articuladas com os saberes que façam parte do cotidiano infantil, trazendo sentido à aprendizagem. Nesse contexto, é necessário outro olhar do docente sobre essas aprendizagens da criança, uma ação reflexiva sobre a sua atuação pedagógica, segundo Tardif (2012), um professor se serve de sua cultura pessoal, que provém de sua história de vida e de sua cultura escolar anterior, sua prática está inerentemente ligada a sua experiência. Para Kramer (2010) a formação do educador, em geral, está intimamente ligada com a formação do cidadão, “[...] almejar uma educação de qualidade para as crianças, que contribua para a formação de sua cidadania (sujeitos críticos, criativos, autônomos, responsáveis, cooperativos, participantes) é estar permanentemente voltado para a formação das educadoras que com elas interagem.” (KRAMER, 2010, p.79).

EDUCAÇÃO INFANTIL E AVALIAÇÃO

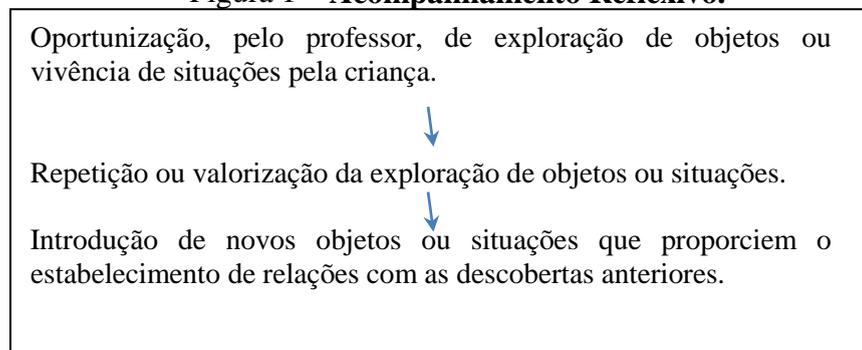
Para tanto o planejamento está intimamente ligado à avaliação, quando se planeja algo é importante verificar se o objetivo foi alcançado, dessa forma é imprescindível acompanhar o desenvolvimento tanto das práticas quanto das aprendizagens das crianças, observando os caminhos trilhados pela criança e o seu grupo, do seu desenvolvimento, suas descobertas, conquistas, progressos e as novas possibilidades e aprendizagens. Para Oliveira (1996) a intencionalidade educativa na instituição de Educação Infantil precisa assumir um caráter de premeditação, uma antecipação de algumas situações, um planejamento prévio, acompanhamento e avaliação, porém o planejamento precisa ser flexível, como a estudiosa Hoffmann (2012) afirma:

[...] processo avaliativo mediador não entra em sintonia com um planejamento rígido de atividade por um professor, com rotinas inflexíveis, com temas previamente definidos por unidade de estudo, em que as

vivências, as experiências e os contextos de vida das crianças não sejam levados em conta (HOFFMANN, 2012, p. 67).

O tema sobre avaliação é sempre um tema de muitas reflexões no campo educacional. Em se tratando da avaliação na Educação Infantil, as discussões giram em torno das particularidades dessa etapa de ensino e as concepções de criança, que não possui o objetivo de promoção, mas sim como reflexões para a construção de estratégias de aprendizagem. Para Hoffmann (2012) é recomendado um acompanhamento reflexivo sobre as ações da criança, de forma que haja algumas intenções bem definidas, mas que não se encerra a partir de uma única observação e registro, o processo de avaliação precisa seguir algumas sequências para que seja possível observar as descobertas, bem como, favorecer oportunidades de ampliação de experiências enriquecedoras. Para tanto a autora orienta que seria necessário a seguinte sequência, observe a figura 1:

Figura 1 – Acompanhamento Reflexivo.



Fonte: Hoffmann, 2012.

É importante enfatizar que essa sequência simula a correlação existente em cada ação, entre as atividades desenvolvidas na perspectiva de fazer observações e questionamentos, nesse sentido o olhar sobre as possibilidades da criança se ampliam, pois existem muitas outras formas delas se manifestar e demonstrar as suas conquistas a partir das experiências vivenciadas. Com a teórica Hoffmann (2012) diz que:

O que será possível se o professor se distanciar definitivamente do modelo de controle e julgamento e prosseguir, de fato, uma perspectiva de acompanhamento, confiante nas possibilidades de as crianças se desenvolverem as situações de forma própria de diferenciada (HOFFMANN, 2012, p. 62).

Estimular atividades espontâneas tanto as individuais como as em grupos, principalmente aquelas que representam situações do seu cotidiano em que reflete a participação de pessoas do seu convívio. Fazendo com que os discentes construam conhecimento com a inter-relação dos discentes e a mediação do docente, por isso, as

atividades realizadas pelos docentes necessitam ter objetivos que permitam que os alunos possam desenvolver situações juntamente com os seus colegas.

ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

A criança desde nascimento passa por vários processos e fases de desenvolvimento, cada estágio de desenvolvimento possui aspectos próprios que se destacam pelas características motoras, cognitivas e afetivas, segundo Piaget (1999), a criança do nascimento até os dois anos está no período sensório-motor, precisa tocar, sentir, experimentar gostos, perceber temperaturas, é o momento de criação de conceitos pelos sentidos, suas aprendizagens estão muito ligadas ao corpo. Na idade entre dois a sete anos encontra-se no pré-operacional, quando utiliza objetos concretos para realizar algumas operações simples nas brincadeiras, uma fase marcada pelo egocentrismo, ou seja, a criança imagina que o mundo gira em torno dela para atender suas vontades, outra particularidade do pensamento egocêntrico da criança é o animismo, quando ela acredita que os objetos têm vida, ainda não possui a noção do eu sendo muito comum nessa fase confundir o real com o imaginário. Segundo Piaget, “[...] toda a causalidade, desenvolvida na primeira infância, participa das mesmas características de: indiferenciação entre o psíquico e o físico e egocentrismo intelectual” (PIAGET, 1999, p.32).

O período entre sete a doze anos no operacional concreto, fase em que se pode considerar uma evolução dos aspectos das fases anteriores, saindo do pensamento egocêntrico para a estruturação da razão, quando podem utilizar operações mentais para resolver problemas concretos do seu cotidiano.

Somente a partir de doze anos situa-se no operacional formal quando acontece o raciocínio hipotético-dedutivo, nesse período o adolescente é capaz de realizar deduções e conclusões por hipóteses, não sendo necessário mais a observação real, já é capaz de apresentar conclusões mesmo independentemente da realidade de fato.

Esta “reflexão”, é então com um pensamento de segundo grau; o pensamento concreto é a representação de ações possíveis. Não nos devemos espantar, então, se o sistema das operações concretas deva terminar no decorrer dos últimos anos da infância, antes que se torne possível “a reflexão” em operações formais. Quanto a estas, não são outras senão as mesmas operações, mas aplicadas a hipóteses ou proposições (PIAGET, 1999, p. 60).

Desta forma, na Educação Infantil, que corresponde à faixa etária de zero a cinco

anos, a criança encontra-se no estágio de desenvolvimento sensório-motor ou pré-operatório, havendo, portanto necessidade da escola trabalhar os aspectos motores, simbólicos e egocêntricos do desenvolvimento. As especificidades das crianças de até 05 anos, é necessário planejar atividades para esse público, visando o seu desenvolvimento nos múltiplos aspectos, atendendo o objetivo da avaliação na Educação Infantil, conforme a Lei nº9394/96 no Art. 31º “Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”, ou seja, a Educação Infantil não é pré-requisito para a etapa seguinte, deixando evidente a sua função.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, “As instituições de educação infantil, sob a ótica da garantia de direitos, são responsáveis por criar procedimentos para avaliação de trabalho pedagógico e das conquistas das crianças.” (BRASIL, 2010, p.95). Porém essa avaliação visa acompanhar o desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, “[...] a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (BRASIL, 1996, art.31).

Para a Base Nacional Comum Curricular, a avaliação é uma ação necessária para acompanhar tanto as práticas pedagógicas quanto às aprendizagens das crianças, através da observação da trajetória de cada criança bem como de todo o grupo, com o foco nas suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens.

Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças (BRASIL, 2017, p.39).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil apontam que os instrumentos de avaliação precisam retratar os aspectos importantes do desenvolvimento da criança para que o professor defina as estratégias para superar as dificuldades das crianças bem como ampliar as aprendizagens através de atividades que permitam colocar a criança no centro do planejamento, possibilitando as expressões das crianças e valorizando suas experiências de aprendizagem e desenvolvimento.

A avaliação é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças. Ela deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e as interações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram o material oferecido e o espaço e o tempo garantido para a realização das atividades (BRASIL, 2010, p.95).

Para Hoffmann (2012) a avaliação não deve ser vista como um ato classificatório, mas como uma ação de acompanhamento do desenvolvimento, nessa perspectiva uma instituição de Educação Infantil precisa de um instrumental que garanta o registro dos avanços da criança, servindo como base para a elaboração de relatórios de avaliação. O registro descritivo possibilita visualizar as conquistas, permitindo que o planejamento das atividades sejam refeitos, atendendo assim às necessidades das crianças. A defesa da autora é de uma avaliação mediadora, que faz uma reflexão do que a criança já alcançou e o planejamento do professor, criando condições para que a aprendizagem aconteça.

A avaliação mediadora não tem por finalidade apontar resultados atingidos, pontos de chegada definitivos a cada idade ou etapa, mas a investigação séria dos processos evolutivos de pensamento. Pode-se dizer, por exemplo, que a criança de quatro anos não se expressa com clareza? Existe clareza própria dela aos quatro anos? (HOFFMANN, 2012, p.91).

Para tanto, atendendo a determinação legal “Expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança” (BRASIL, 1996, Art. 31) dessa forma passa a ser obrigatório e as redes precisam elaborar instrumental que retratam os avanços da criança. Para o professor de Educação Infantil as reflexões sobre os progressos infantis devem ir muito mais além da perspectiva de um registro, traz para sim a tomadas de decisões no planejamento das atividades, das estratégias, dos materiais, das perguntas norteadoras, os processos investigativos das aprendizagens ampliam o repertório.

Por que insisto na denominação de "relatório de avaliação"? Por que o objeto principal desse instrumento é o relato do “processo de construção do conhecimento da criança” que o professor acompanha e no qual intervém pedagogicamente (HOFFMANN, 2012, p.117).

A partir de uma avaliação mediadora é possível que o professor elabore atividades colocando a criança no centro do planejamento, criando possibilidades e novas estratégias de ensino, pois quando a avaliação é realizada apenas como requisito puramente burocrática

perde-se uma grande oportunidade de documentar o desenvolvimento da criança e avançar nas suas aprendizagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As concepções sobre a documentação pedagógica da Educação Infantil, considerando os aspectos legais e as características específicas dessa faixa etária, apresenta a importância de uma avaliação numa perspectiva mediadora, refletindo sobre as práticas pedagógicas e os registros que representam os avanços das crianças nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Para tanto, o professor como figura importante e indispensável no processo de ensino-aprendizagem, precisa compreender a singularidade do desenvolvimento infantil e planejar atividades em que as crianças vivenciem experiências de aprendizagens significativas e utilize a avaliação mediadora com o objetivo de criar estratégias enriquecedoras da sua prática e que promova o desenvolvimento integral do discente.

Em suma, as discussões sobre avaliação das aprendizagens infantis é essencial para que seja possível ampliar as possibilidades dos professores, que atuam nessa etapa da educação escolar, a partir da prática de utilizar os registros e os instrumentais de avaliação para refletir sua prática docente e criar estratégias que promova o desenvolvimento integral da criança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União - Seção 1 de 23/12/1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal. Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, 1998.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_voll.pdf. Acesso em 10 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017.

Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em 07 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizes_curriculares_2012.pdf. Acesso em 20 abril 2021.



HOFFMANN, Jussara. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** Porto Alegre: Mediação, 2012.

HOLT, John. **Aprendendo o tempo todo: como as crianças aprendem sem ser ensinadas.** Campinas, SP: Versus Editora, 2006.

KRAMER, Sônia. **Infância e Educação Infantil.** 9ª ed. São Paulo: Papyrus, 2010.

OLIVEIRA, Zilma. **Educação Infantil: muitos olhares.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

WINNICOTT, Donald. **Pensando sobre crianças.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.